

Estrutura orgânica dos serviços municipais da Câmara Municipal do Barreiro, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 249, de 29 de Dezembro de 2006;

Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, e 412-A/98, de 30 de Dezembro;

Regime jurídico da duração e horário de trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 169/2006, de 17 de Agosto;

Prestações sociais familiares, regulado pelo Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto.

9.3 — Entrevista (ENT), que pretende avaliar, numa relação inter-pessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos para o exercício do cargo, numa escala de 0 a 20 valores.

10 — A classificação final dos candidatos será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (0,4 \times AC) + (0,4 \times PC) + (0,2 \times ENT)$$

11 — A publicação da relação de candidatos e da classificação final será feita nos termos do n.º 5 do artigo 38.º e do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

12 — Os critérios de apreciação e ponderação constam de acta de reunião de júri do concurso, sendo facultada aos candidatos quando solicitada.

13 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

14 — De acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre outra qualquer preferência legal.

15 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — José Barbosa, director do Departamento de Planeamento e Gestão Urbana.

Vogais efectivos:

Carla Ribeiro, chefe da Divisão de Recursos Humanos, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos.

Beatriz Peres, chefe da Divisão de Administração Geral.

Vogais suplentes:

Ricardo Ferreira, chefe da Divisão de Gestão Financeira.

Maria Lucília Grenho Saraiva, engenheira civil assessora principal da Divisão de Gestão Urbana e Licenciamento.

24 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *Carlos Humberto Carvalho*.

2611015196

CÂMARA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Aviso n.º 9581/2007

Aviso n.º 348/2007 — Concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar de assistente administrativo principal — Nomeação

Para os devidos efeitos torna-se público que, em cumprimento do despacho de 11 de Maio de 2007 e na sequência do concurso aberto por aviso de 10 de Janeiro de 2007, foi nomeada para o lugar de assistente administrativo principal a candidata Ana Cristina Nunes Pinheiro Tavares (15,53 valores).

Mais se torna público que a candidata nomeada deverá tomar posse do lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de fiscalização prévia.)

11 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *António José Ganhão*.

2611015276

CÂMARA MUNICIPAL DE BOTICAS

Aviso n.º 9582/2007

Torna-se público que, através do meu despacho de 13 de Março de 2007, foi renovado o contrato de trabalho a termo certo celebrado

com Maria de Jesus Pereira Martins Fernandes, auxiliar de acção educativa, com efeitos a 1 de Março de 2007 e pelo período de seis meses. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando Campos*.
2611015301

Aviso n.º 9583/2007

Contrato a termo resolutivo

Para os devidos efeitos, torna-se público que, ao abrigo da competência que me é conferida pelo disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, foi celebrado contrato a termo resolutivo, ao abrigo da alínea h) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com início de funções em 2 de Abril de 2007 e pelo período de um ano, com Luís Alberto Lopes Rodrigues, técnico superior de 2.ª classe, arquitecto, por despacho de 19 de Março de 2007. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

2 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Fernando Campos*.
2611015298

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

Aviso n.º 9584/2007

Nos termos do prescrito no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável por força do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que o presidente da Câmara Municipal de Braga procedeu às seguintes nomeações:

Maria Teresa Castro Ribeiro Silva — nomeada definitivamente, por despacho de 2 de Maio de 2007, para a categoria de técnico superior assessor da carreira de educação, ficando posicionada no escalão 1, índice 610, precedido que foi de concurso interno de acesso geral.

Maria do Céu Ribeiro Araújo e Maria José Araújo Fernandes Pinto Ferreira — nomeadas definitivamente, por despacho de 10 de Maio de 2007, para a categoria de técnico especialista da carreira de serviço social, ficando posicionadas no escalão 1, índice 460, precedido que foi de concurso interno de acesso limitado.

Francisco Ferreira Costa e Maria Clara Pereira Nogueira — nomeados definitivamente, por despacho de 10 de Maio de 2007, para a categoria de técnico profissional especialista principal da carreira de secretariado, ficando posicionados no escalão 1, índice 316, precedido que foi de concurso interno de acesso limitado.

Os nomeados deverão assinar os termos de aceitação de nomeação no prazo legal de 20 dias.

14 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *Francisco Soares Mesquita Machado*.

2611015295

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Aviso n.º 9585/2007

Alvará de licenciamento de loteamento/emparcelamento urbano n.º 6/2007, sito no Bairro das Cantarias, Rua do Dr. Manuel Teixeira, freguesia de Samil, em Bragança

Para cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e em conformidade com a deliberação tomada em reunião de Câmara de 23 de Abril de 2007, decorrerá um período de discussão pública, pelo prazo de 15 dias úteis contados a partir da data da sua publicação, durante o qual poderão os interessados apresentar quaisquer reclamações, sugestões ou informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do alvará de loteamento/emparcelamento urbano n.º 6/2007, sito no Bairro das Cantarias, Rua do Dr. Manuel Teixeira, freguesia de Samil, em Bragança, promovido pelo município de Bragança.

Durante o período de discussão pública, o processo estará disponível, para consulta, na Divisão de Urbanismo das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 14 às 16 horas.

No decorrer daquele período, as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimento apresentados por particulares deverão ser entregues na Secção Administrativa da Divisão de Urbanismo.

11 de Maio de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Jorge Nunes*.

2611015221